

Nova MP pode derrubar projeto de Micheletto

Governo quer evitar que comissão mista controlada por ruralistas seja mantida

SANDRA SATO

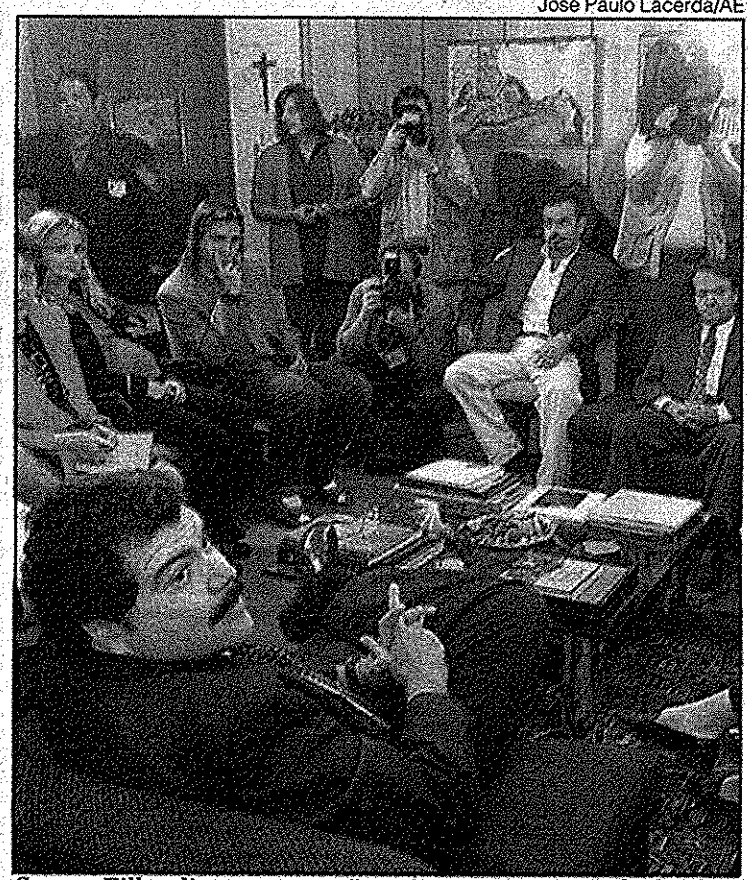
BRASÍLIA – O governo prepara uma estratégia para acabar com a hegemonia dos ruralistas na comissão mista do Congresso que analisa o Código Florestal. Em vez de reeditar a medida provisória atual, deverá baixar uma nova MP, o que levará à formação de outra comissão, permitindo, assim, a substituição de todos integrantes já nomeados. E o projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) perderá definitivamente a validade.

A informação sobre a nova estratégia é do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que ontem revelou também a intenção de pedir a retirada do projeto que prevê o desmatamento de 10% dos manguezais para produzir camarão. Esse projeto é de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado desta quarta-feira.

Sarney Filho explicou que não seria possível mudar os integrantes da comissão mista que aprovou o projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) – em sua maioria formada por representantes de ruralistas –, se o governo optasse pela reedição da MP. Isso porque uma resolução recente do Congresso sobre tramitação de projetos de conversão prevê a manutenção da comissão e do parecer, quando se tratar da reedição da mesma medida.

Da mesma forma, a decisão dos líderes dos partidos da Câmara de formar uma nova comissão, mais ampla, para rediscutir o Código Florestal também não poderia ser executada. Sarney Filho contou que o governo só espera o parecer dos técnicos do Senado para decidir a estratégia. Se optar por uma nova MP, precisará editá-la antes de sexta-feira, quando obrigatoriamente teria de reeditar a antiga medida.

“A provável edição da nova



José Paulo Lacerda/AE

Sarney Filho discute a questão com representantes de ONGs

MP faz o processo retornar à estaca zero”, diz o ministro, garantindo que o governo vai adotar a proposta do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que garante proteção ambiental para 80% das propriedades rurais na Amazônia e 35% das do cerrado. O Congresso teria um mês para avaliar a proposta, mas a medida entraria em vigor imediatamente.

A organizações não-governamentais (ONGs) querem que se aproveite o apoio da sociedade a fim de garantir proteção para uma área maior do que a almejada pelos ruralistas. A proposta de Micheletto, derrotada

questiona Marcio Santilli, do ISA, ao ressaltar que hoje é politicamente inviável derrubar floresta e que a proposta do Conama precisa ser transformada em lei. Sarney Filho observou que este é um mês de convenções municipais e talvez não haja quórum no Congresso.

Mangue – As entidades também querem que o projeto que altera parte do Código Florestal para beneficiar a produção de camarões em mangues não seja votado em uma comissão separada – no caso, a de Assuntos Sociais do Senado. Segundo o conselheiro da Sociedade Nordestina de Ecologia, Marcelo Mesel, o projeto original da senadora permite o desmatamento de 250 mil hectares de mangues para produzir camarões.

Já o parecer do relator, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), prevê apenas o uso de salinas e viveiros desativados, abrangendo 30 mil hectares. Mesmo assim, Mesel comenta que haveria danos ao meio ambiente, porque boa parte das salinas e viveiros abandonados já está virando mangue de novo.

Os mangues são importantes para dois terços dos peixes, diz Mesel, porque os animais nascem e voltam ao local para alimentar-se ou até para proteger-se dos predadores.

DECISÃO TEM DE SER ESTA SEMANA

no Congresso, reduzia a 50% a reserva legal na Amazônia e a 20% a do cerrado.

Integrantes da Rede de ONGs da Mata Atlântica, do Instituto Socioambiental (ISA), do Fundo Mundial para a Natureza, do Greenpeace e do Grupo de Trabalho Amazônico pediram ontem ao ministro empenho para aprovação das novas regras florestais ainda em junho. “Para que submeter o País a um desgaste permanente?”,